

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	23
-------------------------	-----------

CAPÍTULO I

Do direito como estruturação de padrões normativos	29
---	-----------

1. A tática do confronto: o pensamento de Dworkin	29
2. Modelos de regras e o positivismo	32
3. Modelos normativos: princípios e regras	36
4. Modelos normativos: princípios e políticas	41
5. O modelo de normas de Dworkin revisitado. Há distinção mesmo entre princípios e políticas? A crítica de Neil MacCormick	42

CAPÍTULO II

DOS ELEMENTOS DO CONCEITO DE POLÍTICA	49
--	-----------

1. O conceito de política	49
2. Quem elabora as políticas?	50
3. A fixação dos objetivos	53

CAPÍTULO III

DOS FATORES PARA ANÁLISE DAS POLÍTICAS	59
---	-----------

1. Análise de políticas	59
1.1. Elementos que podem ser considerados como fatores para análise de políticas públicas	59
1.2. As ideias centrais da teoria da justiça como fatores de análise das políticas públicas	61

2. Políticas e equidade	64
3. Políticas e eficiência	79
4. Políticas e necessidades	87
5. Políticas e liberdade	90

CAPÍTULO IV

A razão pública da democracia e do constitucionalismo 95

1. A relação entre as políticas e as teorias democrática e da separação dos poderes: contextualizando a discussão	95
2. A razão pública	96
3. A razão pública e a democracia	99
4. Políticas e constitucionalismo	102
4.1. Teoria da separação de poderes	103
4.2. O papel do poder judiciário na teoria da justiça	109
5. O sujeito metodológico da teoria da justiça: a crítica comunitarista	112
6. O controle judicial	129

CAPÍTULO V

Dos direitos fundamentais 137

1. Direitos humanos e direitos fundamentais	137
2. Os direitos fundamentais em Rawls	150
3. Aperfeiçoando o modelo teórico: a interpretação constitucional. O princípio da proporcionalidade de Gilmar Ferreira Mendes	152
4. Direitos fundamentais e jurisdição: a necessidade de recolocação do problema	157

CAPÍTULO VI

Das políticas e da jurisdição 163

1. Examinando e refutando as objeções ao controle judicial de políticas públicas	163
--	-----

2.	A objeção representada pela inaptidão estrutural	163
2.1.	Exposição da objeção	163
2.2.	Refutações à objeção	164
3.	A objeção representada pelo argumento democrático	168
3.1.	Exposição da objeção	168
3.2.	Os tribunais podem decidir acerca de políticas? Refutações ao argumento democrático	175

CAPÍTULO VII

O controle judicial e o estado de direito	189
1.	O controle judicial das políticas
2.	Retensionamento das relações entre as funções estatais: um novo judiciário?
	201

CAPÍTULO VIII

A posição do Supremo Tribunal Federal acerca do controle judicial de políticas públicas	207
1.	Contextualizando o Tema n. 698 do Supremo Tribunal Federal
	207
2.	O problema da separação de poderes e autocontenção
	209

REFERÊNCIAS	219
--------------------------	------------